

A mediação na comunidade e no desenvolvimento comunitário: tendências e potencialidades

António Fragoso & Emilio Lucio-Villegas

Resumo

O conceito de comunidade pode ser visto na sua complexidade desde um ponto de vista sociológico, mas também desde um ponto de vista político e, sobretudo, educativo. Neste artigo, depois de refletirmos sobre o conceito de comunidade, apresentamos os resultados de estudo de caso realizado numa comunidade do norte do Algarve. Esta investigação foi realizada, originalmente, com o objetivo de compreender em profundidade, os processos de desenvolvimento local que ocorreram no território, a partir de 1985. Neste artigo, os resultados que apresentamos focam-se sobretudo nos fatores que provocavam o conflito e nas formas de mediação que estiveram presentes, ao longo de quase duas décadas de processos comunitários. Os nossos resultados mostram que a mediação pode ser usada como fator explicativo de muitos acontecimentos comunitários. Mostram ainda que a mediação no desenvolvimento comunitário pode ter um papel central na promoção do coletivo e na promoção de formas de cooperação comunitárias, combatendo os protagonismos individuais e a fragmentação das redes sociais locais. Concluindo, a mediação em contexto de processos comunitários de desenvolvimento deve ser planificada e usada de forma consistente.

Palavras-chave:

comunidade; desenvolvimento; mediação comunitária.

Mediation in community and community development: tendencies and potential

Abstract: The concept of community can be seen in its complexity from a sociological perspective, but also from a political and educational one. In this article we begin by looking deeply at the concept of community. Then we present the results of case study conducted in a community of the northern Algarve. This research was designed to deeply understand the community development processes that went on in this territory from the middle 80s. In this article we present the results that focus in the factors that caused conflict and on the mediation forms that were present along almost two decades of community processes. Our findings show that mediation can explain a significant number of the community events. More, mediation can have a central role promoting both the collective and forms of community cooperation, fighting individual protagonism and the social networks excessive fragmentation. Concluding, mediation in the context of community development processes should be planned and used in a consistent way.

Key-words: community; development; community mediation.

La médiation et le développement communautaire: tendances et potentialités

Résumé: Le concept de communauté peut être considéré à partir de sa complexité naturelle, à partir d'un point de vue sociologique, mais aussi à partir d'un point de vue politique et surtout éducationnel. Dans cet article, après avoir discuté le concept de communauté, nous présentons les résultats d'une étude de cas réalisée dans une communauté au nord de l'Algarve. Cette recherche a été originalement réalisée avec l'objectif de comprendre en profondeur les procès de développement local qui ont existé dans ce territoire à partir de 1985. Dans cet article, les résultats que nous présentons mettent surtout en évidence les facteurs qui provoquent le conflit et les formes de médiation qui ont existées au long de presque deux décades de procès communautaires. Nos résultats montrent que la médiation peut être utilisée comme un facteur explicatif de beaucoup d'événements communautaires. Mais ils montrent surtout que la médiation dans le développement communautaire peut avoir un rôle central dans la promotion du collectif et la promotion des formes de coopération communautaires, en combattent les protagonismes individuels et la fragmentation des réseaux sociaux locaux. En conclusion, dans de contexte des procès communautaires de développement, la médiation doit être planifiée et utilisée de forme consistante.

Mots-clés: communauté; développement; médiation communautaire.

La mediación en la comunidad y en el desarrollo comunitario: tendencias y potencialidades

Resumen: El concepto de comunidad puede ser visto en su complejidad desde un punto de vista sociológico, pero también desde un punto de vista político y, sobre todo, educativo. En este artículo, después de reflexionar sobre el concepto de comunidad, presentamos los resultados de un estudio de casos realizado en una comunidad del norte del Algarve. Esta investigación fue realizada, originalmente, con el objetivo de comprender en profundidad los procesos de desarrollo local que tuvieron lugar en el territorio a partir de 1985. En el artículo, los resultados que presentamos se centran, sobre todo, en los factores que provocaron el conflicto y en las formas de mediación que estuvieron presentes, a lo largo de casi dos décadas de procesos comunitarios. Nuestros resultados muestran que la mediación puede ser utilizada como factor explicativo de muchos de los acontecimientos comunitarios. Pero también muestran que la mediación en el desarrollo comunitario puede tener un papel central en la promoción de lo colectivo y en el impulso de formas de cooperación comunitaria, desafiando los protagonismos individuales y la fragmentación de las redes sociales locales. Para concluir, la mediación en el marco de procesos comunitarios de desarrollo debe ser planificada y usada de forma consistente.

Palabras clave: comunidad; desarrollo; mediación comunitaria.

Introdução

O papel da mediação tem sido muito discutido ao nível de educação formal mas, na nossa opinião, menos pensado ao nível da educação não-formal e informal, centrais numa multiplicidade de processos comunitários. Ao longo dos anos temos investigado processos de desenvolvimento ao nível local, pensados numa lógica próxima à da educação popular, que se organizaram em Portugal em colaboração estreita com as populações desfavorecidas de comunidades periféricas. Estas comunidades estão, frequentemente, isoladas ou marginalizadas em relação aos processos socioeconómicos modernos, encontrando-se afastadas das oportunidades educativas e de desenvolvimento contemporâneas. A região da serra Algarvia foi palco de importantes processos de desenvolvimento comunitário a partir do meio da década de oitenta, beneficiando de projetos que visavam o desenvolvimento integrado da zona. Neste artigo revisitamos processos de desenvolvimento comunitário que ocorreram a partir desta data, colocando a mediação comunitária como foco do nosso interesse. Acreditamos assim contribuir para o estudo da mediação na comunidade, refletindo sobre o seu papel e potencialidades para informar a ação.

Comunidade e mediação

O conceito de comunidade é muito antigo mas, paradoxalmente, o facto não conduziu a uma formulação clara dos sentidos que encerra. Na sociologia clássica são imprescindíveis, neste campo, as análises realizadas por Tönnies e Durkheim. As contribuições de Tönnies baseiam-se numa criação tipológica à volta dos conceitos de *gemeinschaft* e *gesellschaft*, comumente traduzidos como comunidade e sociedade. *Gesellschaft* adquire a sua importância como tipologia quando visto como uma relação humana caracterizada por um alto grau de individualismo, impessoalidade e contratualismo, em oposição aos estados afetivos, hábitos e tradições associados a *gemeinschaft* (Nisbet, 1993). Os termos referem-se a uma abordagem sociológica da interpretação da mudança social: os primeiros estádios de desenvolvimento social estariam ligados a relações pessoais vistas a uma escala modesta e os laços comunitários baseavam-se nas famílias ou outros laços tradicionais da comunidade. Ao contrário, as sociedades urbanas industrializadas caracterizavam-se pelo individualismo e pelo contratualismo (Mayo, 1994), típicos do capitalismo.

Em Durkheim (1997) é clara a ideia de comunidade no seu sentido metodológico, abarcando dimensões como a moralidade ou a religião. A solidariedade mecânica existiria num contexto de ausência do individualismo, dominada pela tradição, submetendo-se o indivíduo em relação à consciência coletiva.

As normas e princípios, pensamentos e condutas seriam, fundamentalmente, determinados pela comunidade. A solidariedade orgânica, uma consequência da divisão de trabalho, só se poderia constituir numa solução de continuidade em relação à solidariedade mecânica. A solidariedade orgânica teria aparecido num contexto em que a repressão coletiva exercida pela comunidade já não se faria sentir, emergindo o individualismo entendido como a articulação dos indivíduos que, livres das barreiras da uniformidade, realizariam funções muito distintas, assumindo papéis complementares para lidar com esta nova realidade. Gradualmente o individualismo e a heterogeneidade ter-se-iam sobreposto à homogeneidade e a divisão de trabalho iria mantendo a unidade holística do sistema.

Na segunda metade do século XX, os significados outorgados à comunidade parecem estar ligados com as grandes tendências ou meta-narrativas do desenvolvimento, colocando-se a questão de conhecer os principais significados da comunidade no contexto do paradigma da modernização (cf. Youngman, 2000). Salientam-se duas grandes tendências neste período, estando a primeira relacionada com os acontecimentos nos países colonizados ou em situação de transição para a independência. Estas situações encerram a possibilidade de uma certa desintegração social motivada pelo potencial de conflito (étnico, religioso, etc.) entre colonizados e colonizadores ou ex-colonizadores. Uma certa ideia de comunidade “como algo compartilhado” seria bem-vinda nestes contextos específicos. A construção de novas identificações comunitárias, valores e normas havia, então, de formar as bases de novas identidades nacionais, fundamentais para a evolução dos estados-nação em construção, mesmo quando estruturados à volta de modelos ocidentais (McClenaghan, 1999). Não é por isso estranho que, quer colonizadores, quer os líderes saídos das novas independências estivessem igualmente interessados na promoção de ideias de desenvolvimento comunitário, estruturados em redor de um conceito de comunidade unificador – e quase que por arrasto, transportando características de homogeneidade que podiam parecer interessantes, mas nem sempre correspondentes à heterogeneidade das populações e dos seus interesses. A segunda grande tendência neste período baseia-se em saber se a ênfase na comunidade serviu os propósitos económicos ocidentais. O foco discursivo na comunidade – e não nos direitos individuais, por exemplo – servia os interesses políticos e económicos nos países em desenvolvimento (Chambers, 1983): tratava-se de manter a estabilidade social nas transições para uma sociedade individualista, agora representativa de uma determinada ordem social capitalista. Essa estabilidade era fundamental no sentido em que “os indivíduos, como membros de uma pluralidade de grupos e organizações, haveriam de competir, em sistemas sociais

nacionais ordenados e regulados, pelo acesso ao salário, riqueza, *status* e poder” (McClenaghan, 1999, p. 453).

Os autores neomarxistas foram muito críticos em relação ao conceito e usos de comunidade. Defenderam que estas abordagens mascaravam a natureza das relações capitalistas de classe, que na realidade dividiam as comunidades industriais modernas (Mayo, 1994). Na sua visão dever-se-ia analisar as implicações do conceito sobre as diferentes classes sociais. Inversamente, também as distintas classes sociais construíam o território e a comunidade de formas diferentes – o que de todo apoiava um conceito de comunidade homogénea. David Harvey, por exemplo, chamava a atenção para o facto de as pessoas de baixo nível económico não terem a possibilidade de controlar o espaço, encontrando-se frequentemente prisioneiras nesse espaço da comunidade. Longe de ver a comunidade como um repertório de características ingenuamente de sentido único, sublinha as contradições que são normais em quase todos os fenómenos sociais. Apesar de comunidade trazer consigo sentidos nobres na ajuda mútua, por exemplo, para os pobres a comunidade pode trazer relações interpessoais altamente conflituosas, tanto na dimensão privada como pública (Harvey, 1989). O mesmo raciocínio seria válido também para as mulheres, para não ir mais longe. Em qualquer caso, a comunidade significaria uma divisão entre “nós” e “eles”, entre os que pertencem à comunidade por algum vínculo e aqueles que, mesmo vivendo na comunidade, são externos a ela e podem ser vistos como um perigo para a mesma (Hoggart, 1965).

Assim e como já anteriormente afirmamos (Fragoso, 2005), nos anos 70 o conceito de comunidade e desenvolvimento comunitário tinham já sido sujeitos a críticas pertinentes. Os anos 80/90 do século XX assistiram a uma mudança nos sentidos outorgados à comunidade, crescentemente enquadrada pela expansão do neoliberalismo. A viragem central é aquela que se opera desde uma perspetiva de comunidade como necessária à coesão, estabilidade social e promoção do crescimento económico (típica da modernização), para a ideia de que é possível basear todo o funcionamento social na livre escolha e, sobretudo, na integração no chamado “mercado livre”. Como parece evidente ainda hoje a eficiência do mercado necessita de uma certa estabilidade social e de uma aparência de coesão, que possa integrar os indivíduos ou grupos excluídos – que seja capaz de tratar das consequências e impactos que o próprio neoliberalismo gera. A grande questão que se coloca está na *natureza* desses mecanismos de integração. Anteriormente era suposto que essa integração viesse dos direitos que qualquer cidadão possuía e que eram assegurados pelo estado-providência. Num contexto de hegemonia de mercado, em que o estado deixa de poder exercer as suas funções de provedor, e em que o grande regulador social passa a

ser o próprio mercado, os “velhos” mecanismos já não são eficazes. A coesão social precisa, assim, de mecanismos mais ativos. A ação comunitária como expressão de cidadania torna-se desejável, encerrando, paradoxalmente, o perigo de que as qualidades da democracia já não sejam determinadas pela justiça das suas estruturas básicas, mas sim pelas qualidades dos próprios cidadãos (Kildal, 1999). Isto significa que são os atores da sociedade civil que vão assumindo responsabilidades que antes repousavam no estado e que a centralidade do mercado coopta discursos e práticas típicas de outros setores (discurso típicos de esquerda, por exemplo).

É preciso, também, ter presente uma análise política e uma análise educativa para pensar na complexidade da comunidade (Martin e Shaw, 2006). Só assim se pode lutar contra uma certa análise ingénuo que vê a comunidade como um agrupamento homogéneo de pessoas, que beneficiariam de identidades, interesses e objetivos comuns, colaborando apoliticamente em benefício de um determinado território. Como defendemos em Gualda et al. (2013) vemos a comunidade como um espaço de conflito, mais do que como um espaço de consenso. Ao mesmo tempo, a visão da comunidade como homogénea opõe-se à visão da comunidade como diversa. Aceitar a diversidade ou heterogeneidade da comunidade abre portas para que possamos ter uma visão educativa da comunidade, que pode ser construída a partir de três elementos fundamentais do pensamento de Paulo Freire (1985; 1990): coletivo, o diálogo e a transformação. Defender hoje uma atuação coletiva é propor um posicionamento contra-hegemónico em relação ao individualismo cada vez mais saliente na nossa sociedade e na educação. Por oposição ao modelo individualista, altamente competitivo, a opção pelo coletivo é uma aposta pela diversidade, pela descoberta do que nos une e simultaneamente pela descoberta do que nos diferencia dos restantes. É uma aposta por construir coletivamente a partir do segundo elemento freiriano, que é o diálogo. O diálogo é, sobretudo, o reconhecimento da existência de outro. Isto só é possível em comunidades caracterizadas pela heterogeneidade e pela diversidade cultural. O diálogo opõe-se à negação do *outro* e supõe a existência de um conhecimento anterior que se põe em jogo quando se produzem situações educativas (Lucio-Villegas e Fragoso, 2001).

Também é crucial incorporar no nosso conceito de comunidade o valor simbólico que as pessoas outorgam a muito do que se passa na vida comunitária (desde a forma como se perspectivam infraestruturas e serviços comunitários, até ao significado político de como a comunidade pode reagir ou interpretar políticas públicas, até ao valor simbólico que perpassa todas as relações interpessoais). É, é assim central ver a comunidade como um espaço simbólico que enquadra o sentimento de pertença das pessoas (Kurantowicz, 2008) – sabendo

que diferentes pessoas constroem sentidos e sentimentos contraditórios de pertença. Este elemento simbólico é determinante para conseguir que o conceito de comunidade se possa evadir de qualquer tentativa de redução neoliberal e recupere o seu poder como um espaço de relação entre as pessoas; como um elemento que pode ser conhecido e investigado e, sobretudo, vivido como uma realidade quotidiana para as pessoas.

Estas características são centrais para a construção de uma comunidade que não é apenas um recetor passivo do que lhe é mais ou menos imposto; de igual modo a comunidade não pode ser apenas determinada pelos processos socioeconómicos ou pelas intervenções políticas estruturais. As comunidades estão dialeticamente posicionadas entre a estrutura e a “agência” (Martin e Shaw, 2006) (no seu sentido da capacidade para a ação consciente e empoderadora). Finalmente, só com este conceito de comunidade faz sentido falar de mediação. As relações sociais entre as pessoas desenvolvem-se nos espaços simbólicos da comunidade, que implicam o conflito mas simultaneamente a possibilidade de negociação e de descoberta de novos significados comuns que a mediação pode trazer, clarificar e promover.

De facto e segundo Williams (1989), a mediação pode ser definida como a capacidade de descobrir um ponto central entre dois opostos: descrevendo a interação substantivas entre dois conceitos ou forças inseridas num todo holístico; mas, sobretudo, a mediação é um processo no qual as formas da mediação mudam os fatores mediados. Desta definição de Williams emergem, como é lógico, várias questões que têm que ser respondidas: o mediador tem que ser um membro da comunidade ou pode ser um elemento externo? A mediação comporta variadas dimensões ou significados? Quais os fatores que influenciam os processos de mediação? A estas questões tentaremos responder de seguida.

O contexto da investigação (ou mudar os óculos)

A nossa investigação foi conduzida entre 1998 e 2002 na freguesia de Cachopo (200 km²), localizada na zona norte, montanhosa, da região do Algarve. Desde os anos 60 do século XX que a zona enfrenta uma desertificação galopante (que inclui taxas de envelhecimento superiores a 400%, por exemplo), consequência, entre outros fatores, da degradação da agricultura de subsistência e da migração da população para centros urbanos do litoral (numa primeira fase, houve emigração para outros países Europeus). A freguesia de Cachopo pode ser caracterizada pela dispersão e pelo isolamento: na sede de freguesia habitam apenas cerca de um quinto da população, enquanto os restantes quatro quintos habitam em pequenos montes dispersos pelo campo, sem acesso fácil a

quaisquer serviços. Mais de 25% da população habita, aliás, isolada no campo, debatendo-se ainda hoje com problemas sérios de infraestruturas, por exemplo a nível de caminhos, estradas e transportes públicos, saúde, etc.

A finalidade da investigação original era compreender de forma profunda os processos de desenvolvimento que ocorreram nesta comunidade, tentando-se identificar as mudanças conseguidas através da ação. Mas nesta investigação original, a mediação não foi nunca considerada como enquadramento teórico, embora tivéssemos recolhido dados interessantes sobre processos de mediação que aconteceram ao longo de quase duas décadas. Assim, neste artigo, iremos visitar os nossos dados de investigação, mas olhando-os, agora (mudando de óculos) na perspetiva da mediação.

Mediação, conflito, imprevisibilidade e mudança

Em Cachopo, os processos de desenvolvimento começaram quando a equipa do projeto RADIAL¹ (e mais tarde a associação *In Loco*), externo à comunidade, iniciou um processo participativo que pretendia envolver a população na resolução dos seus problemas. Durante os primeiros seis anos² foram lançadas as seguintes iniciativas em conjunto com a comunidade: dois programas de formação para a criação do autoemprego, que culminaram na criação de duas microempresas de mulheres (Lançadeira e Malhas); a criação de um centro de animação infantil que recebia crianças entre os 3 e os 12 anos, e que implicou o desenho de um programa de formação de educadores em serviços (em investigação-ação), que se aplicou durante três anos e meio; e, dada a ausência de associativismo local, a organização dos grupos da comunidade, com a constituição de uma associação comunitária que, em teoria, seria a responsável pela continuação da ação, de forma totalmente autónoma. Esta foi a fase que denominamos como fase de aprendizagem (Fragoso e Lucio-Villegas, 2004b). Que processos de mediação podemos identificar nesta fase?

No trabalho com os grupos de mulheres que estavam em formação, mas também no seio do grupo comunitário que dedicava a sua atenção à animação socioeducativa com crianças, os conflitos eram frequentes devido aos seguintes fatores: primeiro, a história particular da comunidade, marcada não só pelo isolamento, mas sobretudo pela destruição do que para a comunidade significava o mundo rural. As pessoas da comunidade acreditavam que a sua própria cultura não era adequada ao mundo moderno que se construía rapidamente à sua volta. Nestas três experiências, as ligações entre o tradicional e o moderno eram fundamentais. Muito telegraficamente: no centro de animação infantil, melhorando-se as competências educativas dos educadores locais; na Lançadeira

(tecelagem manual), o desafio era manter elementos culturais tradicionais, mas criar produtos esteticamente modernos, que pudessem ser adequados a um consumidor moderno; e o mesmo raciocínio se aplicava à microempresa das malhas. Algumas pessoas reagiam, naturalmente, contra estas evoluções: qualquer elemento que significasse a preservação cultural (ainda que com hibridações do moderno) era visto como um elemento representativo da mesma cultura que tinha provocado a crise da sua comunidade e, como tal, era algo indesejável.

Outros dois fatores foram identificados como fontes de conflito neste período: as características da rede social; e a história de relações sociais prévias. Não temos muito espaço para teorizar sobre redes sociais; mas diremos que Walker et al. (1994) consideraram como fatores que influenciam o apoio social que os indivíduos podem dar e receber na sua rede social: a dimensão da rede (pessoas em redes maiores têm maiores probabilidades de dar e receber apoio social); a densidade da rede; centralidade e *status*. As características primárias das redes sociais em Cachopo eram as seguintes: pequena dimensão absoluta; alta densidade relativa, quanto ao número de pessoas que detinha um conhecimento personalizado de outras; mas baixa densidade no que se refere a relações de amizade; finalmente, tínhamos poucos atores sociais locais com alto *status* e centralidade. A centralidade era dada, nesta fase, a atores que, formalmente, eram exteriores à comunidade (equipa da RADIAL/ *In Loco*). Mas mesmo essa centralidade significava divisões comunitárias, dado que uma parte da população fazia circular pré-conceitos sobre estes elementos externos (conotados, por exemplo, como “comunistas”, ou como pessoas que só vinham a Cachopo porque ganhariam dinheiro em ajudas de custos). Durante cerca de dois / três anos, estas informações circulavam na rede social sem que a própria equipa do projeto RADIAL se apercebesse do facto. Na nossa interpretação, isto teve consequências: alguns setores da comunidade afastaram-se do centro da ação em curso, privando-se, até, das potencialidades educativas e transformativas que as intervenções em curso permitiriam; e os fluxos de informação oriundos da própria associação que promovia a ação passaram a circular em zonas mais restritas da rede social.

Quanto à história das relações prévias, foi determinante nesta fase dos processos comunitários. Embora houvesse união de alguns setores comunitários à volta das experiências em curso, estas pessoas tinham já um passado relacional e alguns dos conflitos normais, do quotidiano, foram transportados e transformados no decurso das intervenções comunitárias. Alguns destes conflitos tinham raízes distantes e eram muito difíceis de interpretar.

A equipa da RADIAL realizava nesta fase três formas diferentes de mediação: primeiro, no contexto dos grupos em aprendizagem, criando momentos e

espaços para que as pessoas pudessem debater e tomar decisões importantes para os coletivos. Sempre que algum conflito emergia, as pessoas eram estimuladas a tentar resolvê-lo com a mediação da equipa RADIAL. Um segundo tipo de mediação presente (embora relacionado com o primeiro) baseava-se na promoção da comunicação entre grupos, pessoas, ou setores da rede social. A terceira forma de mediação era mais sensível, porque estratégica: tentava-se promover o associativismo local e construir uma associação que promovesse o futuro das visões comunitárias coletivas, apostando-se na responsabilidade e autonomia das pessoas. Nesta fase inicial da ação, este tipo de mediação pareceu funcionar bem: a associação foi realmente criada, formada por membros relativamente diversos da comunidade, que pareciam ter boas possibilidades de criar um trabalho endógeno interessante.

A partir de 1991, no entanto, a equipa da *In Loco* teve que abandonar a intervenção direta, no terreno, mas criou uma rede de animadores locais a partir de jovens das comunidades, que recebiam formação para cumprir o seu papel junto às comunidades serranas. É também de assinalar que em 1991 foi criada em Cachopo uma outra instituição – o Centro Paroquial de Cachopo – que começou um trabalho de intervenção junto à população idosa (centro de dia; assistência domiciliária e, mais recentemente, um lar). O período entre 1991-94 funcionou como um período de transição em que se cortaram algumas naturais dependências em relação aos elementos da equipa original de intervenção. Não é estranho, assim, que nos anos subsequentes, uma série de iniciativas espontâneas tenham surgido, por parte da população, de várias naturezas e formas.

Este período trouxe, no entanto, grandes mudanças na estrutura dos processos de mediação, que antes eram feios por elementos externos e que, agora, tinham que ser assegurados por elementos da comunidade. Isto afetou a mediação em jogo, num cenário em que os fatores que provocavam o conflito se mantinha inalterados. Os atores locais tentaram apenas realizar a mediação de conflitos, sendo certo que a mediação de corte estratégico deixou de ser realizada. Não é estranho, por isso, que os (ainda) frágeis laços existentes no seio da associação comunitária se tenham quebrado. Embora a associação tenha continuado a fazer a gestão do centro de animação infantil, a sua ação mais além dessa dimensão deixou de se fazer sentir. A fragmentação existente na comunidade aumentou e ganhou novos contornos. Ao mesmo tempo, a influência do centro paroquial de Cachopo cresceu, até por representar algo diferente em relação aos grupos que tinham iniciado o seu caminho de intervenção com a equipa RADIAL/ *In Loco*. De alguma forma, demonstra-se que é muito complicado, mesmo problemático, o trabalho de mediação entre pessoas que têm diferentes níveis

de oposição, mas podem estar a competir por recursos sociais e/ ou económicos da mesma natureza.

Na terceira fase da ação (1994-99), a que chamámos dicotómica (Fragoso, 2009), os padrões de mudança assumiram sinais opostos. Por um lado, era notório que alguns grupos comunitários tinham já a clara consciência que a mudança era possível, num quadro que remete para processos de conscientização freirianos (Freire, 1987). Múltiplas iniciativas espontâneas surgiram (algumas, através de uma nova associação que se criou nesta fase) e processos importantes de mudança social vão acontecendo (como, por exemplo, a nível dos papéis de género, como analisado em Fragoso e Ollagnier, 2011). Aqueles que foram os participantes nas primeiras fases dos processos comunitários assumiram-se como os motores destas mudanças. Por outro lado, parece claro que a imprevisibilidade natural dos processos em marcha foi gerando uma maior fragmentação entre os grupos da comunidade, num contexto em que novos equilíbrios de poder local se foram formando. A velocidade de mudança foi muito maior nesta fase e a imprevisibilidade inegável.

Na fase de estabilização que se seguiu (2000/2003), os padrões de algumas mudanças comunitárias mantiveram-se, ainda que com significados diferentes. O *status* e centralidade de alguns atores sociais locais tornou-se evidente, ao mesmo tempo que foi saliente o protagonismo individual, nalguns casos contrário à importância do coletivo. O nível de fragmentação dos grupos comunitários foi claramente assumido, mesmo se individualmente as pessoas entendessem que isso prejudicava o futuro do território. Cachopo não mais teria uma voz coletiva forte.

A estrutura dos processos de mediação parece ser (quase estranhamente) coerente com estas interpretações. Nesta altura a mediação estava totalmente ausente, em qualquer das suas possíveis formas. Os conflitos tornaram-se mais destrutivos o que, na nossa interpretação (Fragoso, 2009) só foi possível devido a configurações muito específicas da rede e a mecanismos sociais que daí se desprendem. A associação comunitária ficou completamente isolada e limitada na sua ação à intervenção infantil; o centro paroquial cresceu em influência local e dimensões de ação, ao ponto de ser hoje a instituição mais central na zona. A nova associação que mencionámos foi criada já através de um mecanismo de fragmentação, a partir de três grupos diferentes mas, ela própria, anos mais tarde, sofreu uma fragmentação e até uma quase desintegração. O diálogo entre os diferentes grupos comunitários fragmentados tornou-se mais difícil, bloqueando os modos de cooperação entre as pessoas, grupos formais ou informais. Não havendo nenhuma atividade de mediação capaz de alterar o rumo

dos acontecimentos, a partir desde momento, a possibilidade de que Cachopo falasse com a força do coletivo ficou muito comprometida.

Conclusões

A tabela que se segue pode dar-nos uma imagem sintética dos fatores que influenciaram o conflito, bem como dos tipos de mediação que existiram neste caso (tabela 1).

Tabela 1. Fatores determinantes do conflito e formas de mediação ao longo do tempo

FASES DE AÇÃO	FATORES QUE INFLUENCIARAM O CONFLITO	FORMAS DE MEDIAÇÃO
Aprendizagem (1985-1991)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auto desvalorização cultural 2. Histórias de relações sociais prévias 3. Características das redes sociais 4. Isolamento sociogeográfico 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar a comunicação 2. Resolver conflitos 3. Criação estratégica de formas de mudança social
Transição (1991-1994)	<ol style="list-style-type: none"> 2. Histórias de relações sociais prévias 3. Características das redes sociais 4. Isolamento sociogeográfico 	<ol style="list-style-type: none"> 2. Resolver conflitos
Dicotómica (1994-99) Estabilização (1999-03)	<ol style="list-style-type: none"> 2. Histórias de relações sociais prévias 3. Características das redes sociais 5. Fragmentação dos grupos 	(Nenhuma)

O primeiro ponto conclusivo torna-se evidente com a observação da tabela: a mediação revelou-se como tendo uma capacidade explicativa para a direção que tomaram muitos acontecimentos e fenómenos. Torna-se lógico pensar que, caso tivessem existido outras formas de mediação comunitária a atuar, para além da primeira fase da ação, talvez tivesse sido possível combater o bloqueio da ação, através da defesa do coletivo contra a fragmentação comunitária e os protagonismos individuais. No mínimo, portanto, devemos dar muito mais atenção à planificação da mediação em processos de aprendizagem e intervenção comunitária. A mediação comunitária não é uma dimensão menor no contexto de processos comunitários em geral, nem tampouco em processos comunitários para o desenvolvimento – que supõe sempre um processo de imaginação coletiva sobre o que queremos, estrategicamente, para o futuro. Mas esta visão compartilhada numa comunidade diversa, em que o conflito é parte integrante das relações, só se pode tornar uma realidade se o coletivo estiver no centro dos processos. Ora a mediação é imprescindível para garantir que o coletivo possa ser, na realidade, o foco dos processos comunitários.

O segundo ponto a realçar é o seguinte: não há nada de simples ou de simplista na própria natureza da comunidade e os nossos conceitos devem ser pensados e refletidos, espelhando a complexidade das relações humanas. Quando propagamos, consciente ou inconscientemente, versões simplistas da realidade comunitária, estamos a prestar um mau serviço, quer à teoria dos campos científicos em que trabalhamos, quer às práticas de intervenção. Mas este ponto traz à baila um outro tema: o da imprevisibilidade do trabalho de desenvolvimento comunitário, que parece ser um facto sempre que negamos formas paternalísticas de participação. É claro que, algumas vezes, os peritos ou os investigadores conseguem antecipar algumas direções particulares que os processos de desenvolvimento comunitários parecem estar a levar. Muitas vezes achamos que as tomadas de decisão das pessoas podem ter consequências gravosas. Mas se realmente acreditamos em processos participativos não paternalísticos, então as pessoas têm que deter o controlo dos processos, com todas as consequências que isso encerra. Tal como defendemos em Fragoso e Lucio-Villegas (2004a) não há forma nenhuma de, nestas condições, prever as evoluções concretas no trabalho de desenvolvimento local. O que é criado nestes processos é, de facto, algo novo e inseguro, uma característica que muito frequentemente enerva os educadores ou investigadores.

Por último, acreditamos que a mediação comunitária pode fazer a diferença. Mas, para tal, é necessário observar os seguintes pontos: primeiro, parece que a eficácia da mediação promovida pelas entidades externas é maior do que a dos mediadores locais, ainda que informais. Neste sentido, as entidades externas poderiam considerar as vantagens de planificar processos de aprendizagem que possam contribuir para a formação de atores sociais locais em mediação comunitária. Isto permitiria uma maior sustentabilidade nos processos de mediação, para colocar o coletivo ao serviço dos processos comunitários. A educação e a formação adquirem, de novo, contornos absolutamente necessários para o desenvolvimento, representando uma dimensão estruturante neste tipo de intervenções sociais.

Agradecimentos

Este artigo foi parcialmente possível graças ao apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Notas

¹ RADIAL: Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve.

² Na realidade o projeto RADIAL, como tal, só existiu até 1988 mas, a partir daí, criou-se a associação In Loco, que herdou as formas de intervenção criadas e experimentadas na fase RADIAL.

Referências Bibliográficas

- Chambers, R. (1983). *Rural Development: Putting the Last First*. London: Longman.
- Durkheim, E. (1997). *The Division of Labour in Society*. New York: Free Press.
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual, *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (1), 23-51.
- Fragoso, A. (2009). *Desarrollo comunitario y educación*. Xàtiva: Diálogos.
- Fragoso, A., Lucio-Villegas, E. (2004a). "The Continuous Restart": a case study on young adults of societies in fast transition. In Darlene E. Clover (ed.), *Adult Education for Democracy, Social Justice, and a Culture of Peace* (pp. 160-165). Victoria: Faculty of Education, University of Victoria.
- Fragoso, A., Lucio-Villegas, E. (2004b). Social networks research in southern local development: An analysis to overcome theoretical and practice constrains. In *Between Old and New Worlds of Adult Learning, 4th ESREA European Research Conference* (pp. 41-57). Wroclaw: University of Wroclaw / University of Lower Silesia.
- Fragoso, A., Ollagnier, E. (2011). The involvement of women in training as a step towards an emancipatory community development process. In O. Unluhisarickli, G. Guvercin, O. Secki, & I. Sabirli (Eds.), *Positioning and Conceptualizing Adult Education and Learning within Local Development* (pp. 32-40). Istanbul: Bogaziçi University Press.
- Freire, P. (1985). *Pedagogia del oprimido*. Madrid: Siglo XXI.
- Freire, P. (1987). *Ação Cultural para a Liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1990). *La naturaleza política de la educación*. Barcelona: Paidós.
- Gualda, E., Fragoso, A., & Lucio-Villegas, E. (2013). The border, the people and the river: Development of the cross-border area between southern Spain and Portugal. *Community Development Journal*, 48, 1, 23-39.
- Harvey, D. (1989). *The Urban Experience*. Oxford: Blackwell.
- Hoggart, R. (1965). *The uses of Literacy*. London: Penguin.
- Kildal, N. (1999). Justification of Workfare: The Norwegian Case, *Critical Social Policy*, 19 (3), 353-370.
- Kurantowicz, E. (2008). Community Learning. Resources, actions and reflexivity of territorial communities. In E. Kurantowicz, A. Fragoso & E. Lucio-Villegas (eds.), *Local in Global. Adult Learning and Community Development* (pp. 55-60). Wroclaw: University of Lower Silesia.
- Lucio-Villegas, E., Fragoso, A. (2001). A alfabetização como construção de saberes contra-hegemónicos. In António Simões et al (orgs.), *Modelos e práticas em educação de adultos* (pp. 65-77). Coimbra: NAPFA.
- Martin I., Shaw M. (2006). Developing the community dimension of learning: three conceptual frameworks. In Fragoso, A., Lucio-Villegas, E. & Kurantowicz, E. (orgs.), *Human Development and Adult Learning. Proceedings of the first meeting of the ESREA research network "Between Global and Local: Adult Learning and Development"* (pp. 11-16). Faro: University of Algarve.

- Mayo, M. (1994). *Communities and Caring. The Mixed Economy of Welfare*. New York: St. Martin's Press.
- McClenaghan, P. (1999). Community Development Education in the Socio-cultural Context of Late Capitalism: Refining a Conceptual Framework for Comparative Analysis. In Kirsten Weber (ed.), *Lifelong Learning and Experience. Papers and Perspectives of the 1st International Summer School of the Graduate School in Lifelong Learning* (pp. 451-462). Roskilde: Roskilde University & The Danish Research Academy.
- Nisbet, R. A. (1993). *The Sociological Tradition*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Walker, M. E., Wasserman, S., Wellman, B. (1994). Statistical Models for Social Support Networks. In Stanley Wasserman & Joseph Galaskiewicz (eds.), *Advances in Social Network Analysis. Research in the Social and Behavioral Sciences* (pp. 53-78). Thousand Oaks: Sage.
- Williams, R. (1989). *Keywords*. London: Fontana.
- Youngman, F. (2000). *The Political Economy of Adult Education and Development*. Leicester: NIACE.

António Fragoso

é Doutor em Pedagogia, Professor-Adjunto da ESEC da Universidade do Algarve e coeditor da revista *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*. Realiza investigação sobre várias áreas no contexto da educação de adultos.
aalmeida@ualg.pt

Emilio Lucio-Villegas

é Doutor em Pedagogia pela Universidade de Sevilha, membro do Steering Committee da ESREA e coordenador da rede de investigação "Between Global and Local: adult learning and development".
Recebeu em 2010 o prémio Phyllis M. Cunningham Award for Social Justice.
elucio@us.es

Correspondência

António Fragoso
ESEC, Universidade do Algarve
Campus da Penha
8005-139 Faro

Data de submissão: Janeiro 2014

Data de avaliação: Abril 2014

Data de publicação: Dezembro 2014